

CREACIL

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Demonstrações Financeiras.....	3
Balanço	3
Anexo	5
1. Identificação da Entidade	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
4.1 Bases de Apresentação	7
4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Ativos Fixos Tangíveis	12
5. Investimentos Financeiros	13
6. Inventários	13
7. Clientes	13
8. Outros ativos correntes	14
9. Caixa e Depósitos bancários	14
10. Fundos Patrimoniais	14
11. Fornecedores	15
12. Estado e Outros entes Públicos	15
13. Outros passivos correntes.....	15
14. Vendas e Serviços prestados.....	16
15. Subsídios, doações e legados à exploração.....	16
16. Custo das mercadorias vendidas.....	17
17. Fornecimentos e Serviços externos	17
18. Gastos com o pessoal.....	17
19. Gastos/ reversões de depreciações	18
20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
21. Acontecimentos após data de Balanço	18

Demonstrações Financeiras

Balção

CREACIL - Coop. De reabilitação, educação, animação da comunidade do concelho de Loures, CRL

Balção Individual em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	28 651,47 €	41 628,79 €
Investimentos financeiros	5	5 325,27 €	4 086,25 €
Total dos activos não correntes		33 976,74 €	45 715,04 €
Inventários	6	2 982,00 €	2 304,15 €
Clientes	7	19 202,39 €	21 182,10 €
Fundadores/associados/membros/cooperantes		100,00 €	188,00 €
Diferimentos		872,51 €	783,19 €
Outros activos correntes	8	7 340,86 €	- €
Caixa e depósitos bancários	9	121 566,97 €	127 473,70 €
Total dos Activos Correntes		152 064,73 €	151 931,14 €
Total do Ativo		186 041,47 €	197 646,18 €
Fundos Patrimoniais e passivo			
Fundo social		2 505,00 €	2 505,00 €
Resultados transitados		166 071,40 €	106 232,15 €
Resultado líquido do exercício		- 23 412,88 €	60 837,63 €
Total do Fundo de capital	10	145 163,52 €	169 574,78 €
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	5 228,96 €	1 486,53 €
Estado e outros entes públicos	12	4 241,24 €	3 554,87 €
Outros passivos correntes	13	31 407,75 €	23 030,00 €
Total dos Passivos Correntes		40 877,95 €	28 071,40 €
Total do Passivo		40 877,95 €	28 071,40 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		186 041,47 €	197 646,18 €

Moscavide, 27 de março de 2023

O Contabilista Certificado


cc. 76686

A Direcção


Cente CRL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CRECIL - Coop. De reabilitação, educação, animação da comunidade do concelho de Loures, CRL

Demonstração dos Resultados Individuais

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Vendas e Serviços prestados	14	92 640,51 €	90 309,34 €
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centros distritais	15	190 217,93 €	200 059,18 €
Subsídios de outras entidades	15	14 538,08 €	26 608,45 €
Donativos, Heranças e legados	15	12 477,83 €	16 258,56 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	- 12 009,45 €	- 11 953,55 €
Fornecimentos e serviços externos	17	- 92 191,36 €	- 75 134,80 €
Gastos com o pessoal	18	- 211 204,99 €	- 169 704,21 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- 2 740,84 €
Outros rendimentos		1 882,00 €	3 648,28 €
Outros gastos		- 4 092,29 €	- 1 509,89 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 7 741,74 €	75 840,52 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	- 15 671,14 €	- 15 002,89 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 23 412,88 €	60 837,63 €
Juros e rendimentos similares obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares suportados		- €	- €
Resultado antes de impostos		- 23 412,88 €	60 837,63 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		- 23 412,88 €	60 837,63 €

Moscavide, 27 de março de 2023

O Contabilista Certificado

CC. 56686

A Direcção

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Anexo

1. Identificação da Entidade

A CREACIL – Cooperativa para a Reabilitação, Educação e Animação para a Comunidade Integrada do concelho de Loures, C.R.L. foi constituída no dia 31 de dezembro de 1991, para dar resposta às necessidades educativas de crianças com deficiência intelectual que, nessa altura, viam o seu acesso à educação comprometido. Por este motivo, um grupo de pais e técnicos assumiram o desafio de criar a CREACIL, uma cooperativa de solidariedade social, para apoiar os profissionais das escolas públicas e as famílias na integração escolar de crianças e jovens.

Ao longo dos anos, a CREACIL foi adaptando a sua intervenção às necessidades sentidas pelos cidadãos com deficiência intelectual e multideficiência e pelos seus familiares, procurando acompanhá-los no seu crescimento e ao longo do seu ciclo de vida, proporcionando-lhes novos desafios e atividades promotoras de inclusão nas áreas das atividades Desportivas, Ocupacionais e Lúdico-Recreativas. Assegura, desde 2017, a gestão do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) dando resposta a 30 famílias.

Está empenhada em criar respostas residenciais e de apoio aos cuidadores.

As suas instalações principais estão localizadas junto ao centro de saúde de Moscavide:

Rua Adão Manuel Ramos Barata, nº6-6A,
1885-100 Moscavide.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2021 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2021 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2021 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2021 de 14 de março; e

- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua

apresentação separada nas Demonstrações Financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância do ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 7
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 - 6
Outros activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

O justo valor ou o valor inicial da matriz da caderneta predial é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Outras variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de

gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial, deduzidos de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas na Demonstração dos Resultados, na rubrica de "Outros gastos e perdas" e "Outros rendimentos e perdas" respetivamente. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Clientes e outras contas a receber

As contas de "clientes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas quando há informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários, de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos fixos tangíveis

No que concerne à rubrica de "outros ativos financeiros" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2021 e 2022, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2022						
Custo:	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / dotações	Abates/ alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	3 640,00 €	3 691,47 €	- €	- €	- €	7 331,47 €
Equipamento de transporte	62 591,30 €	- €	- €	- €	- €	62 591,30 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	15 633,00 €	- €	588,59 €	- €	- €	15 044,41 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Investimentos em curso	6 150,00 €	- €	- €	- €	- €	6 150,00 €
	88 014,30 €	3 691,47 €	588,59 €	- €	- €	91 117,18 €
Depreciações acumuladas	Saldo em 01-Jan-22	Depreciações período	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	2 633,00 €	619,81 €	- €	1 526,98 €	- €	1 725,83 €
Equipamento de transporte	34 030,00 €	12 518,26 €	- €	- €	- €	46 548,26 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	9 722,00 €	2 533,07 €	- €	1 936,55 €	- €	14 191,62 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	46 385,00 €	15 671,14 €	- €	409,57 €	- €	62 465,71 €
					Ativo líquido	28 651,47 €

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	3 640,00 €	- €	- €	- €	- €	3 640,00 €
Equipamento de transporte	62 591,00 €	- €	- €	- €	- €	62 591,00 €
Equipamento administrativo	10 871,00 €	4 762,00 €	- €	- €	- €	15 633,00 €
Investimentos em curso	- €	6 150,00 €	- €	- €	- €	6 150,00 €
	<u>77 102,00 €</u>	<u>10 912,00 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>88 014,00 €</u>
	Saldo em 01-Jan-21	Depreciações do Período	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	2 507,00 €	126,00 €	- €	- €	- €	2 633,00 €
Equipamento de transporte	21 512,00 €	12 518,00 €	- €	- €	- €	34 030,00 €
Equipamento administrativo	7 363,00 €	2 359,00 €	- €	- €	- €	9 722,00 €
	<u>31 382,00 €</u>	<u>15 003,00 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>46 385,00 €</u>
						<u>Ativo líquido</u>
						<u>41 629,00 €</u>

5. Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Investimentos financeiros" no ativo apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/22	31/dez/21
Fundos de compensação	5 300,33 €	4 061,31 €
Fenarceci	24,94 €	24,94 €
	<u>5 325,27 €</u>	<u>4 086,25 €</u>

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Inventários" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Mercadorias	2 982,00 €	2 304,15 €
Perdas por imparidades de inventários	- €	- €
	<u>2 982,00 €</u>	<u>2 304,15 €</u>

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes conta corrente	- €	21 792,20 €	- €	23 922,94 €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	2 740,84 €	- €	2 740,84 €
	- €	19 051,36 €	- €	21 182,10 €

8. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	- €	- €	- €	- €
Outros acréscimos gastos	- €	7 340,86 €	- €	- €
	- €	7 340,86 €	- €	- €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	7 340,86 €	- €	- €

9. Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Caixa	3 024,39 €	1 187,65 €
Depósitos à ordem	118 542,58 €	126 286,05 €
Depósitos à prazo	- €	- €
	121 566,97 €	127 473,70 €

10. Fundos Patrimoniais

Durante o exercício de 2022, nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	2 505,00 €	- €	- €	2 505,00 €
Resultados transitados	106 232,15 €	60 837,63 €	- 998,38 €	166 071,40 €
Resultado líquido período	60 837,63 €	- €	- 60 837,63 €	23 412,88 €
Total	169 574,78 €	60 837,63 €	- 61 836,01 €	145 163,52 €

Os movimentos registados em resultados transitados no exercício de 2022 correspondem a transferência do resultado líquido do exercício 60.837,63€ apurado em 2021, para resultados transitados.

11. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	- €	5 228,96 €	- €	1 486,53 €
	- €	5 228,96 €	- €	1 486,53 €

12. Estado e Outros entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Activo		
Imp.rend. das pessoas colectivas	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	- €	- €
Outros impostos e taxas	- €	- €
	- €	- €
Passivo		
Imp. sobre o rendimento	770,00 €	653,00 €
Segurança Social	3 370,02 €	2 901,87 €
Outros impostos e taxas	101,22 €	- €
	4 241,24 €	3 554,87 €

13. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica de "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	- €	- €	- €	- €
Remunerações a liquidar	- €	28 887,26 €	- €	23 030,00 €
Outros credores	- €	2 520,49 €	- €	- €
	- €	31 407,75 €	- €	23 030,00 €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	31 407,75 €	- €	23 030,00 €

14. Vendas e Serviços prestados

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Vendas" e "Serviços prestados"

	31-Dez-22	31-Dez-21
Vendas e serviços prestados		
Venda de pirilampus	16 102,00 €	20 772,30 €
Mensalidades	68 367,95 €	67 320,04 €
Quotas e Joias	1 382,00 €	1 141,00 €
Serviço transporte	3 660,56 €	- €
Campanha Tampinhas	3 128,00 €	1 076,00 €
Subtotal	92 640,51 €	90 309,34 €
Total prestação de serviços	92 640,51 €	90 309,34 €

15. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios de outras entidades":

	31-Dez-22	31-Dez-21
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Centros distritais	190 217,93 €	200 059,18 €
Subsidios de outras entidades	14 538,08 €	26 608,45 €
Donativos, Heranças e legados	12 477,83 €	16 258,56 €
	217 233,84 €	242 926,19 €

16. Custo das mercadorias vendidas

A 31 de Dezembro de 2022, a Entidade apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	- €	2 304,15 €	2 304,15 €	- €	657,70 €	657,70 €
Regularizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Compras	- €	12 687,30 €	12 687,30 €	- €	13 600,00 €	13 600,00 €
Saldo final em 31 de Dezembro	- €	2 982,00 €	2 982,00 €	- €	2 304,15 €	2 304,15 €
Custo de vendas	- €	12 009,45 €	12 009,45 €	- €	11 953,55 €	11 953,55 €

17. Fornecimentos e Serviços externos

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Subcontratos	41 600,70 €	29 037,22 €
Trabalhos especializados	12 792,00 €	18 423,77 €
Materiais	5 193,52 €	6 481,96 €
Energia e fluídos	22 876,46 €	13 985,65 €
Deslocações, estadas e transportes	1 430,39 €	323,65 €
Serviços diversos	8 298,29 €	6 882,55 €
	92 191,36 €	75 134,80 €

18. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Remunerações do pessoal	168 358,47 €	140 526,30 €
Encargos sobre remunerações	38 069,46 €	25 649,38 €
Seguros de doença e acidentes trabalho	3 204,19 €	3 016,03 €
Outros gastos com pessoal	1 572,87 €	512,50 €
	211 204,99 €	169 704,21 €

19. Gastos/ reversões de depreciações

A 31 de Dezembro de 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos fixos tangíveis	15 671,14 €	- €	15 671,14 €	15 002,89 €	- €	15 002,89 €
Activos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<u>15 671,14 €</u>	<u>- €</u>	<u>15 671,14 €</u>	<u>15 002,89 €</u>	<u>- €</u>	<u>15 002,89 €</u>

20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. Acontecimentos após data de Balanço

Até ao momento, as atividades do centro têm decorrido com a normalidade possível para o momento que a economia global atravessa. Ainda não nos é possível estimar com razoável grau de confiança, eventuais impactos na atividade do centro face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução.

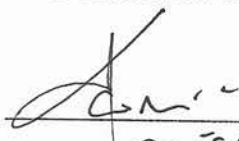
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

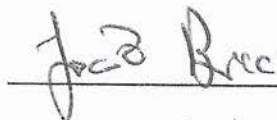
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 vão ser submetidas em Assembleia geral.

Moscavide, 27 de março de 2023

O Contabilista Certificado


CC. 56 686

A Direcção


Teresa de Jesus